

---

**AO JUÍZO DA VARA REGIONAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES  
JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL – ESTADO DE  
SANTA CATARINA**

Processo n.º 5054476-48.2024.8.24.0023

**CREDIBILITÀ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS  
LTDA.**, nomeada Administradora Judicial no pedido de Recuperação Judicial de  
autos supracitados, em que é Requerente a empresa **WAC IMPORTAÇÃO E  
EXPORTAÇÃO LTDA.**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa  
Excelência, em atenção à intimação de ev. 320, expor e requerer o que segue.

Esta Administradora Judicial foi instada a se manifestar acerca do  
conteúdo do ofício juntado no evento 314 e da petição apresentada no evento  
319 pela Recuperanda.

No evento 314, a 7ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal  
(RSPOA16) comunicou que, nos autos da Execução Fiscal nº 5015110-  
06.2018.4.04.7200/SC, movida pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO contra WAC, foi realizada a penhora  
de um porta-paletes modular galvanizado em 10/2024. Informou, ainda, a  
ausência de medidas da Recuperanda para equacionamento do passivo fiscal e  
solicitou a adoção das providências cabíveis, bem como manifestação quanto à  
essencialidade do bem à continuidade das atividades.

Já na petição do evento 319, a Recuperanda informou que o bem penhorado na Execução Fiscal nº 5015110-06.2018.4.04.7200/SC é utilizado diariamente em suas atividades produtivas, já tendo noticiado a penhora a este d. Juízo, em 23/10/24, na petição de evento 154. Sustentou a essencialidade do bem para a continuidade das operações e requereu que seja impedida sua retirada, com a expedição de ofício ao Juízo da execução fiscal, a fim de que se abstenha de qualquer ato de constrição sem prévia autorização deste Juízo.

**Pois bem.** Conforme já destacado pela Recuperanda, a questão tratada nos eventos 314 e 319 foi objeto de manifestação anterior desta Administradora Judicial, em 11/11/24, no evento 173, ocasião em que se esclareceu que o crédito executado na ação fiscal nº 5015110-06.2018.4.04.7200/SC, por se tratar de débito tributário, não se submete aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 187 do CTN e dos incisos II e III do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, não havendo, portanto, impedimento ao prosseguimento da execução. O que neste momento se reitera.

Isto posto, no que tange à alegada essencialidade do bem penhorado à continuidade das atividades empresariais da Recuperanda, cumpre novamente destacar o conteúdo do Auto de Penhora constante do evento 314, o qual expressamente registra que o bem constrito se encontra **instalado e em pleno uso** nas dependências da sede da empresa.

Tal circunstância corrobora a afirmação de que o referido equipamento integra diretamente o processo operacional da sociedade empresária. Confira-se:

**MANDADO Nº 720011473938**

**AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E NOMEAÇÃO DE DEPOSITÁRIO:**

Em 03/10/2024, em cumprimento ao r.mandado, expedido pelo MM. JUIZ (a) FEDERAL, procedi à AVALIAÇÃO do (s) seguinte (s) bem (ns):

**- UM PORTA PALETES MODULAR GALVANIZADO**



***AVALIAÇÃO: R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS).***

***OBS: O BEM APRESENTA BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ENCONTRA-SE INSTALADO E EM USO. NÃO POSSUI ETIQUETA OU OUTRO ELEMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA MARCA OU MODELO.***

Por tais razões, esta Administradora Judicial, com fundamento no princípio da preservação da empresa (art. 47 da Lei nº 11.101/2005), **opinou e por ora reitera**, ser plausível a alegação de que o bem penhorado é utilizado na cadeia produtiva da Recuperanda, revelando-se, portanto, essencial ao desenvolvimento regular de suas atividades empresariais.

Diante disso, considerando a demonstração da essencialidade do bem à atividade econômica da empresa, esta profissional reforça que o bem constricto deve ser mantido na posse da Recuperanda, por ser indispensável à continuidade de suas operações.

Adicionalmente, registra-se que o Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 29 de maio de 2025, conforme ata juntada no evento 331. Ressalta-se que, por ocasião da análise do pedido de concessão da recuperação judicial, será oportunamente examinada a exigência contida no art. 57 da Lei nº 11.101/2005, o que não impede, desde já, que a Recuperanda adote medidas para o equacionamento de seu passivo tributário.

Por fim, esclarece-se que o INMETRO poderá continuar a cobrança de seus créditos pela via executiva, nos termos da Lei nº 6.830/1980, ressaltando-se, contudo, que eventuais medidas constritivas que recaiam sobre bens essenciais à atividade empresarial poderão ser submetidas à apreciação do Juízo da recuperação, nos termos do art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005.

Sobre o tema, o c. Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no julgamento do RESP n.º 1872153/SP<sup>1</sup>:

**“Desse modo, é certo que os créditos tributários não se submetem ao concurso formal (ou processual) instaurado com a decretação da falência ou com o deferimento da recuperação judicial; vale dizer, não se subordinam à vis atractiva (força atrativa) do juízo falimentar ou recuperacional, motivo pelo qual as execuções fiscais terão curso normal nos juízos competentes, ressalvada a competência para controle sobre atos constitutivos dos bens essenciais à manutenção da atividade empresarial e para alienação dos ativos da falência, que recaem sobre o juízo da insolvência (...).**

**ANTE O EXPOSTO**, esta Administradora Judicial opina pela essencialidade do *“porta-paletes modular galvanizado”*, objeto de construção na Execução Fiscal nº 5015110-06.2018.4.04.7200/SC, em trâmite perante a 7ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSPOA16) – Seção Judiciária de Santa

<sup>1</sup> REsp n. 1.872.153/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 9/11/2021, DJe de 16/12/2021.

---

Catarina. Ressalva-se que, embora o INMETRO possa prosseguir na cobrança de seus créditos pela via executiva, nos termos da Lei nº 6.830/1980, eventuais ordens constritivas que recaiam sobre bens essenciais à atividade da Recuperanda deverão ser submetidas à apreciação do Juízo da recuperação judicial, conforme dispõe o art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005.

Nesses termos, requer deferimento.

Florianópolis, 17 de junho de 2025.

Alexandre Correa Nasser de Melo  
OAB/PR 38.515

Ricardo Andraus  
OAB/PR 31.177